

Considerações sobre a identidade europeia

Daniel Innerarity

Afirma-se frequentemente que a Europa tem problemas de comunicação. Gostaria de começar por referir que não me surpreende a existência deste tipo de dificuldades, tendo em conta a própria natureza deste empreendimento político. Se até Jacques Delors pôde dizer que estávamos perante um Objecto Político Não Identificado, não deveríamos surpreender-nos por aí além ao comprovar que a percepção da opinião pública é imprecisa e confusa. A perplexidade seria mínima se se tratasse de uma configuração que pudesse orientar-se pelas categorias tradicionais de estado nacional ou pelas relações internacionais, se estivéssemos a construir um estado nacional de maior escala ou a aprofundar relações entre estados soberanos. Mas o processo de integração é único, inédito; requer conceitos e formas de actuação originais. Por isso, o que vou aqui apresentar é uma reflexão sobre a Europa, que não se orienta tanto para o modo de comunicar como para o que é preciso ter entendido para poder depois comunicar e que não contém instruções de utilização mas sim indicações para a sua compreensão.

Fala-se muito de *défice democrático*, mas creio que o problema mais profundo da Europa é o seu *défice cognoscitivo*, a nossa falta de compreensão do que a União Europeia representa. Custa-nos a entender que estamos perante uma das maiores inovações políticas da nossa história recente, um verdadeiro laboratório de ensaio de uma nova formulação da identidade, do poder ou da cidadania no contexto da globalização. A crise que está por trás do fracasso constitucional ou o desinteresse generalizado pela possibilidade de avançar na integração deve-se fundamentalmente a uma deficiente compreensão do que somos e do que estamos a construir ou, se me é permitida esta afirmação que corre o risco de ser considerada um excesso filosófico, à falta de uma boa teoria sobre a Europa. O *défice* a que me refiro não corresponde a uma falta de comunicação que possa resolver-se com um marketing melhor. Corresponde antes a uma falta de compreensão e de convicção (entre cidadãos e governantes) no que diz respeito à originalidade, à subtileza, ao significado e à complexidade da construção europeia. Assim se explicam os medos dos cidadãos e as escassas ambições de boa parte dos

seus dirigentes. Corresponde também ao facto de que a ideia que se tem da UE está eivada de malentendidos que a deixam à mercê de uma opinião pública superficial: como uma escala de poder suplementar, como uma estratégia de sobrevivência face a uma globalização que é entendida apenas como algo ameaçador, como uma forma política sobre a qual se projecta o modelo do Estado-nação... E é assim que se veicula com frequência a ideia de que alguns países serão muito europeístas porque, no fundo, apreciam as subvenções que receberam, ao passo que outros vêem na Europa uma ameaça e deixam de perceber a oportunidade que representa. Uns e outros têm uma percepção errada do que a Europa representa e, enquanto esse erro persistir, a adesão ao projecto político da UE continuará a ser débil ou superficial.

A Europa precisa é de conhecer-se e renovar a sua coerência. Não se pode avançar na integração política se não abordarmos abertamente a questão da natureza da Europa, se escamotearmos as perguntas de fundo acerca do que ela é e pode vir a ser. Escusado será dizer que, sem essa clarificação, as políticas de comunicação no interior da União não poderão ser eficazes, especialmente numa sociedade que é madura e na qual cada vez menos coisas se podem fazer sem apresentar razões convincentes. Como dizia Julia Kristeva, a Europa não só tem de ser útil, mas tem também de fazer sentido. Compreender a Europa é o primeiro passo para lhe conferir um sentido e uma orientação, para indicar aos cidadãos o que é que deveria receber a sua aprovação após um debate público. É possível que, durante algum tempo, esta clarificação tenha sido considerada desnecessária, mas agora torna-se iniludível ter uma ideia da Europa, que explique a sua peculiaridade e as possibilidades nela contidas.

A Europa foi definida muitas vezes a partir de factores geográficos, culturais, históricos e políticos que formariam a base de uma única civilização, da qual emergiria um modelo ocidental de modernidade. No entanto, se a examinarmos com cuidado, a questão da identidade torna-se mais difícil de definir. Do ponto de vista geográfico, a Europa carece de fronteiras naturais: o Atlântico não separa de forma absoluta as suas costas, sobretudo pela relação especial que a Grã-Bretanha mantém com os Estados Unidos ou Espanha e Portugal mantêm com a América Latina; o Mediterrâneo é um espaço que separa tanto quanto une e põe em relação; do lado oriental a Europa não tem uma fronteira clara. Se a virmos como um continente, a Europa é ainda mais imprecisa, o que, aliás, Paul Valéry compreendeu muito bem ao descrevê-la como um pequeno promontório do continente asiático. Neste sentido, pode afirmar-se que a Europa tem menos consistência geofísica que, por exemplo, o subcontinente indiano. Em termos de civilização, a Europa espraia-se

bastante em direcção ao continente asiático e não se deve excluir dela uma boa parte do Mediterrâneo.

De um ponto de vista histórico, a Europa não constitui uma civilização unitária que tenha desenvolvido uma trajectória singular e claramente diferenciada do resto do mundo. A diversidade cultural da Europa é mais que a diversidade das suas nações; a Europa foi formada na interacção e fertilização mútua das suas civilizações. Por isso, pode dizer-se dela que, mais que uma civilização, é uma «constelação civilizadora».

Partindo da perspectiva da identificação efectiva dos europeus, também não existe uma identidade omniabarcante na qual, por assim dizer, estejam todos os que são e sejam todos os que estão. Os europeus não estão especialmente unidos e ainda menos contra uma alteridade por oposição à qual possam definir-se a si mesmos. Como disse Rémi Brague, o perigo para a Europa não pode vir de fora pela simples razão de que ela não pode conceber-se a si mesma como um «dentro». As forças que nos mantêm unidos não são especialmente marcantes, como também o não é aquilo que nos distingue de outros.

Torna-se igualmente impossível definir a Europa como Ocidente. As raízes históricas da civilização ocidental – Atenas, Roma, Jerusalém – não foram europeias no sentido ocidental do termo. Costumamos esquecer que a cultura e a civilização ocidentais tiveram a sua origem no Oriente. O mundo antigo era oriental, não ocidental. A antiguidade clássica e as origens do cristianismo eram mediterrânicas, no sentido utilizado por Braudel. Tal como os gregos, os romanos também não tiveram uma noção clara de identidade europeia, que é algo bem mais próprio da Idade Média, tendo concebido Roma como o centro do mundo. Pela sua história e mais ainda pelo momento presente, a Europa não equivale ao Ocidente.

Para os povos antigos, a distinção entre Norte e Sul era mais significativa que a distinção entre Leste e Oeste. Durante muito tempo, os Alpes – muito mais que o Mediterrâneo, que era o centro da civilização – representaram uma fronteira geográfica e cultural. A contraposição entre Leste e Oeste tem a sua origem no momento em que, a partir do século VII, a ideia da Europa foi articulada contra o Islão, uma contraposição que prosseguiu ao longo da Idade Média, na era moderna e até ao final da guerra fria.

O alargamento da União Europeia ao Leste é qualitativamente diferente dos anteriores; não se trata apenas de um aumento significativo

de Estados-Membros mas de uma reconfiguração do seu quadro civilizador. Com a deslocação das fronteiras da Europa para a Rússia e com a eventual entrada da Turquia, a Europa desloca-se para a Ásia, tornando-se cada vez mais pós-ocidental e policêntrica. Torna-se, assim, possível superar a «pequena Europa» da guerra fria. O alargamento não se limita a fazer com que a Europa fique maior; também a transforma qualitativamente. A queda do comunismo não suprimiu o Leste, reconfigurou-o, um Leste que vai ser cada vez mais relevante na nova Europa. A partir de 1989, após a queda do muro de Berlim, desapareceu a contraposição com o Leste e começou a era de uma Europa orientada para a construção do mundo multipolar.

A Europa não é nem uma forma de vida, nem um povo, nem uma civilização, nem um super-Estado. É, sim, uma construção especialmente original no que diz respeito à possibilidade de aceitação de normas vinculantes que advêm de uma articulação entre espaços que não são homogêneos nem estão plenamente unificados. Daí que a UE se diferencie do constitucionalismo tradicional que exigia unidade de *demos*, o que muitas vezes pressupunha também uma unificação linguística, cultural ou religiosa. Esta dissociação do identitário e do político constitui uma das suas inovações mais interessantes, criando assim a possibilidade de uma democracia sem *demos* ou com *demos* diversos, com um povo pouco definido, mal limitado, poroso, não necessariamente contraposto a outros.

O facto de ser tão difícil definir a Europa em termos exclusivamente culturais por referência a uma história partilhada, a um território comum definido ou a valores partilhados é o que faz com que a configuração de um espaço público europeu tenha tanta importância: a Europa como um diálogo, como um espaço discursivo, que não requer bases determinantes mas sim possibilidades de interlocução.

Se, de entre este pluralismo de valores, tivesse de destacar-se um especialmente característico, pela minha parte, tomaria como ponto de partida aquela perspicaz observação de Montesquieu de que a Europa esteve sempre especialmente interessada em saber que ideia têm os outros sobre nós próprios. Penso que é essa capacidade de se ver de fora que está na origem das nossas melhores construções e não tanto uma pretensa defesa de algo próprio e exclusivo. E se os nossos valores fundamentais fossem um conjunto de hábitos configuradores de uma identidade que nos impele continuamente a manter distância em relação à própria identidade? Auto-relativização, reflexividade, recuo em relação a nós próprios, curiosidade, respeito, interesse pela compatibilidade, vontade de cooperação e reconhecimento são as propriedades de uma

forma leve de identidade sem a qual, no entanto, não poderia levar-se a cabo a experiência europeia.

O mais interessante da construção europeia é que ela permite superar a ficção de que a sociedade pode ser construída estatalmente e com independência no que diz respeito a outras sociedades. Não existe uma sociedade civil europeia que resulte da mera agregação de sociedades nacionais e desligadas do resto do mundo. A sociedade europeia faz parte de uma sociedade global. É um erro sobrevalorizar a diferença entre a Europa e o resto do mundo ou pensar que toda e qualquer estratégia de integração se justifica para nos defendermos de um mundo visto como uma realidade ameaçadora. Se há justificação para a experiência europeia é a de que ela promove um modelo de identidade que não só não requer a anulação da sua diversidade interna, como também não necessita de se opor a outros para sua própria afirmação: é um nós sem outros. Um dos valores fundamentais da Europa é que a identificação com o próprio se torna menos exclusiva e permite uma grande complementaridade.

A construção política da Europa apresenta singularidades que a distinguem de todos os projectos de construção nacional. É, provavelmente, a primeira entidade política que se configura sem necessidade de um patriotismo ideológico dos que implicavam um povo delimitado e homogéneo, uma origem comum, unidade de língua e cultura, bem como um ou outro inimigo externo que pudesse ser útil para a coesão interna. Muito embora não falte retórica nesse sentido, a contraposição com os Estados Unidos pretende conferir à Europa uma legitimidade de que ela não necessita, já que se funda noutro tipo de valores. O projecto europeu não exige, como habitualmente acontece com a configuração das nações, que se dramatize o perigo externo para assegurar a coesão interna.

A Europa não pode conceber-se como algo separado do mundo. Essa interconexão tem sido uma constante histórica; na Europa, sempre tivemos com especial intensidade a consciência de estar vinculados ao resto do mundo. Essa referência, que noutras épocas comportou um impulso civilizador, mas também comercial e colonial, conferiu à Europa uma força que continuamente a subtrai ao seu possível ensimesmamento. Por isso, pode afirmar-se que o impacto da globalização não pressupõe nenhuma ruptura especialmente original no tocante à sua história. Esta «Europa cosmopolita» (Beck / Grande) ganha maior acuidade no projecto da União Europeia. Face à concepção de uma Europa como unidade autárquica claramente separada do resto do mundo e em concorrência com ele, a experiência europeia não tem outra justificação senão a de representar o embrião de uma verdadeira empresa cosmopolítica. A Europa, que teve

sempre uma cultura expansiva, pode encontrar aqui um horizonte de sentido.

A União Europeia evidencia, embora de maneira incipiente, que a globalização não é uma ameaça para a democracia, mas uma oportunidade de a propagar para lá dos limites do Estado-nação. A Europa é uma forma especialmente intensa de elaborar um sistema global (Meyer), uma «world polity» em miniatura. Há que ver a globalização, mais que como uma ameaça, um desafio ou um catalisador, como uma possibilidade de definição do projecto europeu em termos globais. Não se trataria tanto de tomar partido como actor global, mas de promover outro modo de organização das relações entre os actores. Vamos demandando o significado da sociedade num mundo no qual a coerência social, a participação democrática e a legitimidade política estão a ser redefinidas.

As práticas de governo da União Europeia cultivam uma série de características de alcance universal: a faculdade de ver a própria comunidade com alguma distância, a aceitação das limitações, a confiança mútua, a predisposição para cooperar e um sentimento de solidariedade transnacional (Paul Magnette, 2006, 154). A Europa não é exemplar por uma qualquer forma de superioridade, mas porque o espaço público europeu consubstancia um caso representativo do facto de a maior parte das decisões políticas não poder adoptar-se sem um exame prévio da respectiva consonância com os interesses dos outros. Nesse sentido, a Europa pode considerar-se paradigma da nova política que requer um mundo interdependente. Segundo M. Foucher, a Europa proporciona uma experimentação moderna da formação de um mundo verdadeiramente «multipolar» (...). É, sem dúvida, uma das mensagens que a Europa política pode propor: sendo ela mesma multipolar, pode promover esse modo de organização; projectando para o exterior a sua própria prática interna, pode contribuir para «civilizar» a globalização. O processo europeu de integração política é uma resposta inédita, quiçá um dia exemplar, às circunstâncias que condicionam actualmente o exercício do poder no mundo.

A construção da Europa revela que o vínculo entre nação e democracia é de natureza conjuntural e não conceptual, o que nos permite concluir que são possíveis identificações cívicas mais vastas, que o processo de aprendizagem democrática pode prolongar-se para além do Estado-nação. Conseguimos dispersar a soberania, multiplicar os espaços da acção cívica, favorecendo ao mesmo tempo o autogoverno e a lealdade para com conjuntos políticos mais amplos. Daí que nos encontremos perante uma possibilidade de inventar um novo tipo de cidadania, mais complexa, que possa não resultar da mera ampliação das actuais até à escala europeia.

As questões redistributivas ou a definição de uma comunidade política têm, até agora, estado limitadas ao interior dos Estados. A tentação mimética só dá motivos para pessimismo, mas há outras formas de identificação e governação diferentes das do Estado nacional. Não há razão para entender a democracia nos espaços mais amplos (na Europa ou no mundo) como uma reprodução a outra escala dos mecanismos representativos do Estado. O porvir da UE não passa pela construção de um grande Estado, federal ou confederal que seja, mas pela invenção de estruturas inéditas que não têm um verdadeiro precedente nem nas experiências estatais nem na cooperação internacional organizada.

Poder-se-ia dizer que a Europa é um espaço para a redefinição da comunidade e que a cidadania europeia se orienta precisamente para a configuração democrática dessa comunidade. Trata-se de uma identificação difícil, feita através dos procedimentos da deliberação democrática, e que não deve reduzir-se a uma justaposição rudimentar de interesses. Esta questão vem pôr em evidência a contraposição que Benjamin Barber formulava, ao falar da sobreposição dos interesses individuais, entre o seu «mutual advantage» e «the advantage of their mutuality». O velho princípio ontológico de que o todo é mais que a soma das partes traduz-se politicamente numa esfera pública entendida como algo que não se limita a equilibrar, sem mais, as preferências individuais. A grandeza do processo de integração europeu está precisamente no seu imenso saber cooperativo, mas também na sua fragilidade quando não se transcende o plano da adesão implícita ou meramente interesseira.

Fronteiras, Consciência Europeia, Instituições e Cultura

Maria Manuela Tavares Ribeiro*

Pensar as fronteiras da Europa

A maior parte da Europa uniu-se por um acto voluntário e não pela força. Pela primeira vez essa unificação foi o resultado não de conquistas mas sim de livre escolha dos povos. Num continente tão dilacerado por tantos conflitos e guerras, ela representou um acontecimento sem precedentes.

Os desafios aos quais a Europa alargada deveria fazer face seriam muitos e vários. Entre eles: quais são os limites da Europa?

Se se aceita a ideia que a Europa é um conceito e um estado de espírito ao mesmo tempo que uma geografia, uma história, um mercado comum, então os seus limites poderão ser seguramente alargados.

Lembro Carl Hambrö que nos anos 40 dizia que a Europa não existe, não existiu nunca, e não existiria, porque ela é o único continente em que a geografia não é claramente identificável.

Para Robert Frank, a realidade é exactamente outra. Ou seja, a Europa é finalmente o único continente verdadeiramente capaz de se construir em Entidade, precisamente porque a sua delimitação nunca foi dada pela natureza. Assim, o facto da sua definição identitária estar em aberto, porque é produto de uma história que não atingiu o seu termo, é uma vantagem.

*Professora Catedrática da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e Coordenadora de Investigação do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra – CEIS20.

Essa incerteza, criadora de uma dinâmica territorial, está na base de uma dialéctica entre aqueles que estão dentro e os que estão fora. Dinâmica esta que tem de vencer o obstáculo que se produz na reflexão entre os constrangimentos do alargamento e as necessidades do aprofundamento.

Pela primeira vez na história, propiciou-se à Europa definir claramente, pelo menos por algum tempo, a geografia da construção política.

A esta luz poderemos tecer algumas interrogações: a problemática das fronteiras europeias não deverá equacionar-se com o factor de mobilidade, com a tendência de deslocalização das fronteiras actuais, redefinindo nesse movimento novas cartografias dos espaços e das pertenças identitárias e cívicas? Ou ainda: quais os efeitos da integração europeia nos dois países ibéricos no que diz respeito às identidades, à cidadania, às fronteiras? Serão os portugueses e os espanhóis "europeus comuns"?

Por onde passam as fronteiras da Europa? Que fronteiras constituem a Europa? A resposta à primeira pergunta é uma determinação; à segunda, implica aceitar o problema como inerente à ideia e à construção europeias. E é esta perspectiva que Rui Cunha Martins adopta - a da fronteira como mecanismo ordenador das diversas escalas europeias. O debate europeu continua a assinalar de modo inequívoco (e bem o problematiza Rui Cunha Martins na sua obra "El Método de la Frontera") que o problema das fronteiras é um dos desafios maiores do projecto europeu.

À medida que avançamos no século XXI, em tempos de mundialização, impõe-se questionar criticamente a Europa, velho continente, hoje novo mundo a redescobrir na sua modernidade - efeito de uma convergência histórica e de uma nova geografia que continua a fazer-se. Interacção entre o espaço, o político, o social, o cultural, o religioso - questão esta complexa e multifacetada - hoje, e no futuro, reactivada.

Consciência europeia, sentimento europeu

O sentimento de necessidade de construir a Europa desenvolveu-se mercê das grandes catástrofes do século XX. Pode-se afirmar que as três dinâmicas da consciência europeia: o medo do regresso da guerra, a aversão do declínio, a sede de prosperidade e de bem-estar não feneceram nos anos sessenta e setenta. A reconciliação franco-alemã fizera-se; os riscos de guerra não se agravaram, apesar das tensões com a URSS, mas a protecção americana parecia mais segura; os efeitos do crescimento e as vantagens da sociedade de consumo atenuaram o gosto amargo do declínio; o *Welfare*

State, tipicamente europeu, e é uma fonte de identidade europeia. E como afirmava Denis de Rougemont, “a Europa não é já uma questão de vida ou de morte” como ela parecia ser nos anos 20 ou nos anos que se seguiram ao II conflito mundial.

Poder-se-á afirmar que houve um enfraquecimento da consciência europeia? A resposta é negativa: há modificação, banalização, mas não enfraquecimento. É significativo dizer, em primeiro lugar, que nos países que saem da ditadura, (Espanha, Portugal, Grécia) a Europa não aparece como banal, mas como vital para assegurar nas melhores condições a transição democrática. E ainda porque, para os países membros da Comunidade, não se podia subestimar a importância da consciência europeia. Esta existia, pois, como um consenso bilateral na medida em que as massas doravante olhavam para a Europa de Bruxelas. Como tal, ela não é menos uma “força profunda”, para retomar a expressão de Renouvin. Uma força discreta, mas socialmente enraizada, largamente difusa (partilhada por mais de 60% de Europeus), com mais peso do que entusiasmos espectaculares e circunscritos. Houve, portanto, um “consensus permissivo” e maioritário, apesar das resistências das minorias mais activas. Assim, a consciência europeia foi mesmo reactivada. Reanimou-se a ideia de que a construção europeia é uma necessidade - assim, o relance europeu em 1955, 1969, 1984. Mas se a reactivação desta consciência é menos espectacular do que após os grandes traumatismos das guerras mundiais, ela não foi menos eficaz. Veja-se, por exemplo: após a rejeição da CED pela França em 1954, a retomada das negociações em Messina em 1955 que conduziram aos tratados de Roma de 1957, depois da crispação gaullista de 1963-1969; as negociações com o Reino Unido após a depressão da política de Thatcher e de Mitterrand; a Conferência de Fontainebleau em 1984, abrindo a via ao Acto Único; as negociações do Tratado de Maastricht; o conflito da Bósnia e a impotência da UE em resolvê-lo e a ajuda dos americanos pelos acordos de Dayton em 1995. Lembre-se ainda a busca de uma identidade europeia de segurança e defesa aquando do processo franco-britânico de Saint Malo em 1998 ou ainda quando ocorre a crise europeia de 2003, revelando profundas divisões dos membros da UE face à guerra do Iraque.

E se tais acontecimentos não fizeram enfraquecer a “consciência europeia”, mas, pelo contrário, revitalizaram-na, as realidades da consciência europeia feriram, porém, o “sentimento europeu”.

É manifesto um menor compromisso dos “intelectuais” mais comprometidos nos anos 20 que nos últimos anos. Também assim acontece nos meios económicos. Não há muito lugar para um forte patriotismo europeu e os sentimentos nacionais permanecem, ao contrário, muito

vigorosos. Isto é, a nação é ainda o principal lugar colectivo de investimento afectivo. A Europa aparece como uma necessidade, mas não como um objecto de sentimentalidade. Aqui reside a contradição europeia essencial: a marcha para a unidade não pode fazer-se se não lentamente, com prudência, e é este método prudente que permite os sucessos e as realizações, mas que não dá lugar ao sonho. Não será este deficit do imaginário a principal fraqueza do processo de integração europeia?

A unidade da "cultura europeia"

A percepção de uma unidade cultural esbate-se a partir dos anos 50 na parte ocidental do continente. Nos anos 90, certos intelectuais contestam mesmo a existência de uma tal unidade em nome da especificidade das culturas nacionais. Assim, a "cultura europeia" é posta em questão ou é considerada elitista e tradicional, e contaria menos como motor da unidade europeia. Curiosamente, esta evolução não teve lugar na Europa de Leste, sob o domínio comunista. Pelo contrário, a velha cultura europeia foi então, para muitos, a tábua de salvação para construir e para se reconstruir. Ela era considerada como "ocidental" e, deste modo, identificar-se a ela foi uma maneira de contestar e de fazer evitar a criação de uma identidade este-europeia. Este paradoxo é de sublinhar: a velha identidade cultural europeia pesa pouco na construção europeia do Ocidente no momento em que ela se faz na realidade, mas é, todavia, considerada como um tesouro precioso a Este como uma ponte entre a memória e a esperança, entre o passado e o futuro.

A "cultura europeia", a cultura de toda a Europa pode actuar como catalisador de identidades multiculturais. O mesmo é dizer, o universal e o particular interagem mutuamente. Como sublinhou Matsuura, "um mundo autenticamente rico em conhecimento, há-de ser um mundo culturalmente diverso; preservando a diversidade e favorecendo o pluralismo, poderemos conseguir que a cultura do século XXI cumpra uma das suas mais importantes funções: tornar-se um elemento de harmonia nas nossas vidas".

A cultura da Europa é a sua própria diversidade. É dela que nascem, há séculos, as suas forças criativas. Não encontrará a Europa a sua identidade no "génio da diversidade"? Por outras palavras, no diálogo com o *Outro*. E cito Daniel Innerarity: "uno de los valores fundamentales de Europa es que la identificación con lo próprio se hace menos exclusiva y permite una grande complementariedad". As relações com o "exterior" da União, entre "Nós" e os "Outros" comprova que a ideia de "unidade cultural" não tem sentido. A cultura coloca no cerne da reflexão sobre a Europa o problema nuclear na

problematização da alteridade. E as questões são pertinentes: do ponto de vista histórico, geográfico ou cultural, fará sentido falar de uma unidade cultural europeia ou antes de uma constelação de civilizações? Haverá em Portugal e em Espanha, uma maior sincronia cultural com a Europa? De facto, parece-nos, que cada um dos países ibéricos tem conseguido vencer a sua “segregação” cultural com a Europa.

Instituições Europeias e a Consciência de uma Identidade Europeia

Que papel podem exercer as instituições europeias na emergência e na tomada de consciência de uma identidade europeia? Dito de outra forma, em que medida as organizações que são criadas como instrumentos de unificação europeia e as instituições que funcionam no seu seio são elas capazes de incarnar e de promover uma identidade europeia?

Nascidas da ideia europeia, quer dizer, da aspiração à cooperação e à integração dos Europeus, essas instituições podem fazer nascer e reforçar o sentimento de pertença à Europa? Podem elas, por sua vez, tornar-se um factor de progresso da ideia europeia? Qual é a ideia europeia defendida por um tal ou tal decisor no seio das instituições? Como bem sabemos, há avanços, recuos, compromissos.

É verdade que a imagem da Europa, que esta ou aquela organização apresenta, pode ser “manipulada” por necessidades independentes da sua vontade. Pode haver uma clivagem entre o projecto europeu desejado por tal ou tal instituição e a percepção externa desse projecto.

A relação entre instituições e identidades europeias parece menos fácil de perceber e de definir do que a relação entre instituições e unificação da Europa.

As organizações e as instituições europeias concretizam a aspiração à unidade: nascidas da vontade da unificação, elas constituem um instrumento para aprofundar o processo. Assim, perguntamos: como procuram as instituições reforçar a identidade europeia?

Reforçar a identidade europeia é uma preocupação anunciada pelas organizações europeias. Desenvolver o sentimento de pertença, consolidar a vontade da unidade, estimular o espírito europeu são *missões* para as instituições comunitárias, quer em iniciativas para o exterior, quer em acções internas.

Como podem as instituições gerir a diversidade europeia?

Sabemos bem que a grande diversidade das instituições, reflexo da diversidade das múltiplas missões, e, sem dúvida, da diversidade das identidades, não é, *a priori*, muito favorável à emergência de uma visão muito clara da Europa.

É verdade que as organizações europeias não são exclusivas umas das outras. Ou seja, a pertença múltipla é uma regra. Porém, pode perguntar-se se as formas de cooperação entre organizações europeias sofrem de um insuficiente desenvolvimento ou, pelo menos, de uma falta de visibilidade. E a questão lançada, reitero-a de novo: poderão elas - as instituições comunitárias - ser um factor de progresso da ideia europeia em Portugal e em Espanha?

Portugal e a Espanha são das mais antigas Nações-Estado na Europa e cada uma delas tem um forte sentido de unidade e missão nacionais.

Depois da revolução de Abril, em 1974, em Portugal, e da morte de Franco, em 1975, tem lugar a transição democrática nos dois países ibéricos. Verifica-se, então, o seu retorno à cena internacional de que tinham estado relativamente isolados durante a ditadura.

Quer a Espanha, quer Portugal, foram marginalizados do processo de integração europeia por razões políticas. Nos anos 70, os governos democráticos português e espanhol procuraram activamente a integração na UE.

Os políticos espanhóis e portugueses esperavam que essa adesão ajudasse a consolidar as instituições democráticas, a modernizar as suas estruturas económicas e a normalizar as relações com os seus vizinhos europeus. Também entenderam a adesão à CEE como uma forma de maturação política. Ajudaria também a alinhar a política de ambos os países com os seus congéneres europeus e a acelerar a europeização e democratização das suas estruturas políticas arcaicas.

A adesão pôs em marcha um processo de ajustamento complexo e multifacetado. A integração europeia tem tido, e continuará a ter no futuro previsível, um profundo efeito nas sociedades espanhola e portuguesa. Releve-se o impacto em questões como a identidade nacional e a sustentabilidade dos sistemas estatais das instituições de segurança social e no ajustamento das estruturas políticas e económicas.

A integração europeia ajudou igualmente à aproximação de Espanha e Portugal. A melhoria das relações entre os dois países tem obtido resultados

significativos. Durante séculos, os países ibéricos partilharam a península, mas pouco mais. No entanto, eles desempenharam um papel importante no processo de integração europeia.

Do ponto de vista cultural, os efeitos da sua integração são também expressivos. Deste modo, eles encetaram novos processos de auto-descoberta. Têm, assim, reflectido as suas identidades próprias, a cultura, a nacionalidade, a cidadania, a etnicidade, a política. Essa adesão representou, sem dúvida, a vitória do princípio da realidade.

E se o processo de integração na Europa influenciou muito estes desenvolvimentos, poderemos dizer o mesmo da nova cidadania europeia?

Não será exagerado dizer que portugueses e espanhóis estão em vias de se tornarem "europeus comuns" e que muitas das diferenças culturais que separavam estes dois países dos seus congéneres europeus se atenuaram em consequência do processo de integração.

O êxito económico pode melhorar os laços políticos e as relações entre Portugal e Espanha. Assim aconteceu a partir dos anos 80, reflectindo-se em mais trocas culturais e numa maior harmonia política.

Em suma, a adesão à UE, de Portugal e de Espanha, foi um passo decisivo mas a questão da cidadania ibérica e/ou europeia e o seu impacto nos portugueses e espanhóis continua em aberto.

Hoje estamos perante perplexidades resultantes de problemas financeiros, económicos e também estruturais.

Nas palavras de José Reis, "a Europa tem de construir um novo caminho. Porventura inventando-o... através de um regresso aos seus fundamentos".